

# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO - DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

#### **PARECER N° 332/2023**

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o **Veto do Prefeito ao Projeto de Lei nº 216/2022**, de iniciativa do Vereador Pedro Ferreira de Lima, que "Dispõe sobre a notificação dos casos de violência contra a pessoa idosa no Município de Araucária e dá outras providências."

#### I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto do Executivo Municipal, ao Projeto de Lei nº 216/2022, de iniciativa do Vereador Pedro Ferreira de Lima, que "Dispõe sobre a notificação dos casos de violência contra a pessoa idosa no Município de Araucária e dá outras providências."

O Executivo em seu Veto alegou a violação ao princípio constitucional da separação de poderes.

É o breve relatório.

#### II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Vetos, conforme segue:

Art. 174. Comunicado o Veto, as razões respectivas serão publicadas no Diário da Câmara e, em seguida, encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, que deverá oferecer parecer no prazo de 10 (dez) dias.

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente Veto Prefeitoral.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e também a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5°, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO - DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Além do exposto, a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria de Vereadores em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

- **Art. 40.** O processo legislativo compreende a elaboração de:
- § 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:
- a) do Vereador;

Em desconformidade com o art. 41, incisos I, II e V da Lei Orgânica do Município de Araucária, bem como em simetria ao art. 61, § 1°, alíneas "a", "c" e "e" da Constituição Federal:

**Art. 41.** Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

[...]

- I criem cargos, funções ou empregos públicos, e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;
- II disciplinem o regime jurídico dos servidores públicos municipais;
- III disponham sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município
- IV disponham sobre o zoneamento e o uso do solo do Município;
- V criem e estruturem as atribuições de entidades da administração pública, direta e indireta."

Portanto, ao revisitar a temática em questão, observa-se que está clara a invasão de competência, uma vez que cabe ao Prefeito a análise do Projeto de Lei para prever quais serão as mais benéficas medidas a serem tomadas.

III - VOTO





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO - DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, o Veto ao Projeto de Lei nº 216/2022, não apresenta razão em seu teor. Assim, **SOMOS PELO VETO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Art. 174 do Regimento Interno desta Câmara.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala de Comissões, 24 de novembro de 2023.

Assinado digitalmente por: IRINEU CANTADOR

307.519.939-72 24/11/2023 14:22:47 Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-

> Irineu Cantador Vereador - CJR







### Edifício vereador Pedro Nolasco Pizzatto O FUTURO DA CIDADE PASSA AQUI GESTÃO 2023-2024

### DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO - DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

### **VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 28 de Novembro de 2023 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Pedro de Lima e Vilson Cordeiro, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer n°332/2023 - CJR referente ao veto do Projeto de Lei nº 216/2023.

Araucária, 28 de Novembro de 2023.



ARAUCARIA 633.689.869-53 28/11/2023 15:24:53
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

